

2021

**RELATÓRIO SOBRE A GESTÃO -  
FUNEMP**



FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Sumário

1.	O FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS – FUNEMP .....	3
1.1.	VISÃO ORGANIZACIONAL .....	3
1.2.	GESTÃO EXECUTIVA .....	4
1.2.1.	Resultados para a sociedade .....	5
2.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	6
2.1.	RECEITAS .....	6
2.2.	DESPESAS.....	8
2.3.	RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	10
2.4.	RESTOS A PAGAR.....	10
2.5.	TERMOS de DESCENTRALIZAÇÃO de CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS – TDCO 11	
3.	GESTÃO FINANCEIRA.....	12
4.	GESTÃO PATRIMONIAL .....	13
4.1.	ANÁLISE DO RESULTALDO .....	13
5.	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	14
6.	POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	15
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	16

## INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar as informações contábeis relativas à gestão do Fundo Especial do Ministério Público (FUNEMP) durante o exercício de 2021, para fins de prestação de contas, responsabilização (accountability) e para a tomada de decisão.

Em cumprimento à Instrução Normativa nº 14, de 14/12/2011 e à Decisão Normativa nº 01, de 23/03/2022, ambas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como em atendimento à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) relativa à Elaboração e Divulgação da Informação Contábil.

Aqui serão divulgadas algumas ações que o Fundo vem desenvolvendo na busca de beneficiar a sociedade, especialmente, por meio do combate ao crime organizado, da reconstituição dos bens lesados e da proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Serão apresentados os aspectos mais relevantes a fim de evidenciar os resultados orçamentário, financeiro, patrimonial e de liquidez do Fundo.

Toda a legislação que regulamenta o FUNEMP encontra-se publicada no portal do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no endereço:

<https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/conheca-o-mpmg/fundos-do-ministerio-publico/fundo-especial-do-mpmg/atos-normativos.shtml>.

## **1. O FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS – FUNEMP**

O FUNEMP foi constituído com o objetivo de “aperfeiçoar as funções institucionais do Ministério Público previstas no Art. 129 da Constituição da República, especialmente a permanente modernização e obtenção dos meios necessários para o combate ao crime organizado, a reconstituição de bens lesados e a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”.

A Lei Complementar Estadual Nº 67/2003 de 22.01.2003, atualizada pelas Leis Complementares Nº 80/2004 de 09/08/2004 e Nº 143/2017 de 20/07/2017, criou o Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com regulamentos constantes da Resolução PGJ Nº 21/2017 de 11/10/2017 e Normas de Funcionamento consolidadas através da deliberação FUNEMP Nº 1, de 6 de março de 2018.

Ele dará suporte financeiro a programas, projetos e ações cujos objetivos, requisitos, normas e demais condições de elegibilidade foram estabelecidos em ato próprio do Grupo Coordenador conforme Aviso Conjunto FUNEMP/FEPDC nº1 de 24/01/2020.

### **1.1. VISÃO ORGANIZACIONAL**

O FUNEMP está inserido no Plano Plurianual 2020-2023, no Programa/Ação 03.122.737.1.009 – Modernização do Ministério Público, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento Institucional.

Segundo a DELIBERAÇÃO CGFEPDC Nº 1, DE 25 DE ABRIL DE 2018, a para desempenhar as atividades administrativas a Secretaria-Executiva do Fundo é responsável, dentre outras atribuições, por elaborar o relatório de atividades, secretariar as reuniões do grupo gestor, providenciar a proposta orçamentária anual, bem como acompanhar a sua execução.

A Administração Superior da Procuradoria-Geral de Justiça em 25/02/2013, com a publicação da Resolução PGJ N.º 11/2013, devolveu o exercício das atividades contábeis do Fundo para a Diretoria de Contabilidade do Ministério Público, assim como as demais atividades foram distribuídas para outras áreas administrativas, conforme a afinidade das mesmas.

Assim, a destinação dos Recursos, desde então, é de responsabilidade da Secretaria Executiva do Fundo.

## 1.2. GESTÃO EXECUTIVA

A Portaria PGJ N° 3349/2019 designou os membros para integrar o Grupo Coordenador a partir de dezembro de 2019, para dar continuidade aos trabalhos de gestão e estruturação do FUNEMP.

O Grupo Coordenador é composto por:

- Representantes da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- Representantes dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Minas Gerais convidados
- Representantes dos seguintes órgãos: Ministério Público do Trabalho da 3ª Região Minas Gerais, Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais (FEDERASANTAS) e Providência Nossa Senhora da Conceição.

Nos termos da legislação interna o MPMG instituiu Ordenadores de Despesas distintos dos Ordenadores de Despesas da Procuradoria-Geral de Justiça - PGJMG.

No exercício de 2021, por delegação do Procurador-Geral de Justiça, a gestão do Fundo foi exercida pelo Dr. Jacson Rafael Campomizzi, Presidente do Grupo Coordenador.

### **1.2.1. Resultados para a sociedade**

Em 2021 foram desenvolvidas ações em benefício da sociedade juntamente com a busca do cumprimento do fim para o qual o fundo foi criado, destacando-se:

- Projeto para aquisição de ferramentas forenses para extração de dados em aparelhos de telefone celular no âmbito da Superintendência de Polícia Técnico-Científica, contribuindo para a formação de um conjunto probatório robusto na apuração de delitos no âmbito da Polícia Civil de Minas Gerais, resultando em investigações completas que auxiliarão o Ministério Público em todo o estado.

- Reestruturação do Corpo de Bombeiros em Guanhães com a aquisição de materiais e equipamentos em benefício de cerca de 220 mil pessoas em 25 municípios da região, uma atuação mais eficiente na proteção à vida, saúde, meio ambiente, patrimônio histórico e habitação e urbanismo.

- Otimização da atuação dos policiais militares em Minas Gerais através de projeto para a aquisição de 400 câmeras operacionais, 400 pistolas de impulso elétrico, além de 50 carregadores de bateria e descarga de dados e 2.800 cartuchos de PEIE.

- Assinatura de Termo de Acordo com o Grupo Itaminas, mantenedor do Instituto Inhotim para quitação de quase R\$ 200 milhões devidos a título de ICMS, além de ressarcimento por danos morais coletivos, a quantia de R\$ 15 milhões, que serão aplicados em projetos de combate à sonegação fiscal no Estado e de incremento às atividades estatais de proteção ao patrimônio público.

- Projeto para potencialização das atividades de segurança pública, defesa civil e social, meio ambiente e socorro público por meio do emprego de aeronaves geridas pelo Comando de Aviação do Estado da Polícia Militar de Minas Gerais (ComAvE/PMMG), através da aquisição de aeronave para potencializar as ações e operações.

- Projeto “O Modernismo em Minas Gerais”, proposto pela Fundação Clóvis Salgado, abordará o núcleo modernista constituído em Belo Horizonte e Minas Gerais a partir da década de 1920,

por meio da realização de uma série de eventos: ciclo de debates, saraus modernistas, espetáculos musicais, mostras de cinema, longa-metragem documental, espetáculos de dança, concertos sinfônicos, mostra fotográfica e espetáculo teatral.

## 2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O montante de RECEITA bruta em 2021 foi de R\$27.680.908.

Quanto à despesa, finalizou-se o exercício com um montante de R\$ 22.753.817 de despesas realizadas (empenhadas).

Ao se comparar a receita com o total das despesas do ano, verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 4.927.091, o qual demonstra uma gestão responsável por parte do Grupo Gestor.

### 2.1. RECEITAS

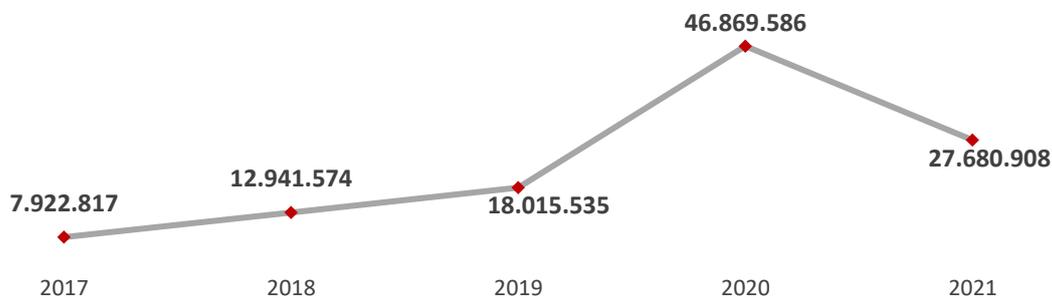
Os principais ingressos de recursos tiveram origem através das receitas orçamentárias.

Foi prevista a arrecadação de R\$63.000.000 e foram realizadas 44% aproximadamente.



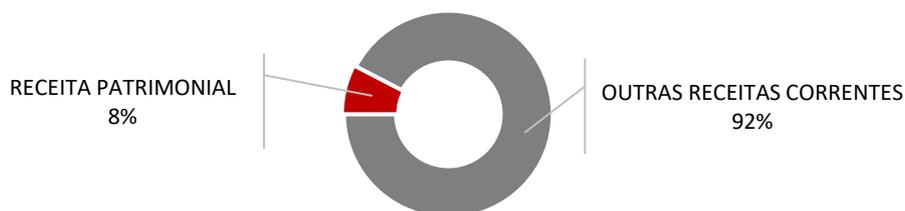
FONTE: Armazém de Informações SIAFI

Quando analisadas as receitas arrecadadas, depreende-se que o fundo arrecadou R\$ 27,6 milhões em receitas orçamentárias e, quando comparadas com as receitas de 2020 que alcançaram R\$ 46,8 milhões, representa um decréscimo de 40,94%. Conforme apresentado na série a seguir:



FONTE: Armazém de Informações SIAFI

As RECEITAS CORRENTES estão classificadas em RECEITAS PATRIMONIAIS no valor de R\$2.119.177 e OUTRAS RECEITAS CORRENTES no valor de R\$25.561.731, distribuídas conforme demonstrado a seguir:



FONTE: Armazém de Informações SIAFI

Neste exercício não foram arrecadadas RECEITAS DE CAPITAL.

## 2.2. DESPESAS

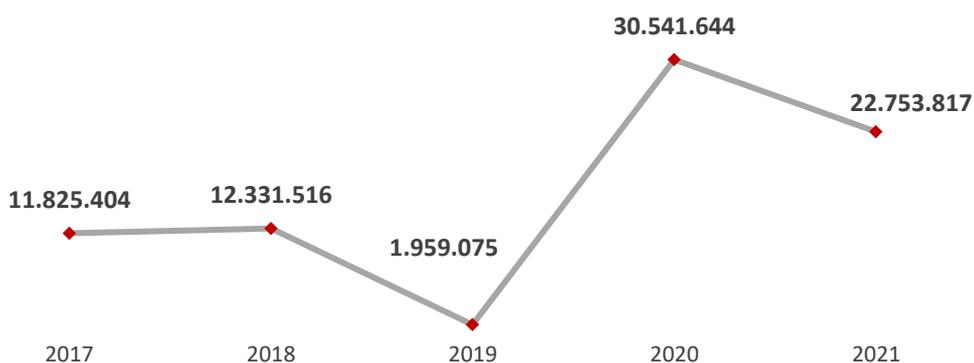
A realização de despesas segue as deliberações do Conselho Gestor do Fundo, documentadas em Atas das Reuniões.

Foram autorizadas o total de R\$103.000.000, conforme DOTAÇÃO ATUALIZADA, dos quais foram realizadas 22%.

No exercício de 2021, a DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA é composta por:

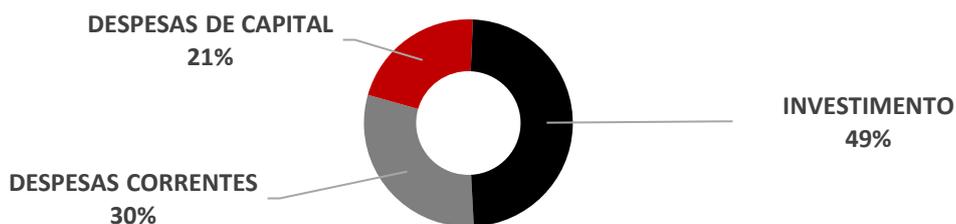


Conforme pode-se observar abaixo, houve diminuição no total da DESPESA ORÇAMENTÁRIA, em comparação à 2020, que foi de 25,50%.



FONTE: Armazém de Informações SIAFI

A DESPESA ORÇAMENTÁRIA do exercício é composta de R\$6.876.244 classificadas em DESPESAS CORRENTES, R\$4.849.573 em DESPESAS DE CAPITAL e R\$11.028.000 em INVESTIMENTOS (intra-orçamentária), conforme demonstrado abaixo:



FONTE: Armazém de Informações SIAFI

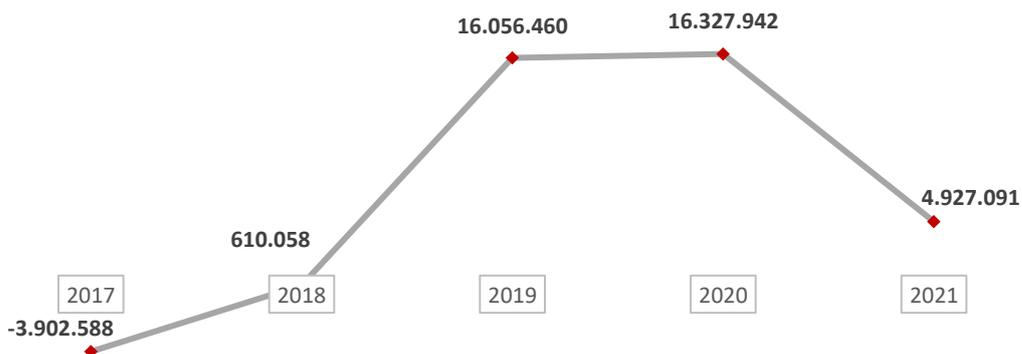
Quando comparadas ao exercício anterior nas DESPESAS CORRENTES houve uma redução de cerca de 71% e nas de CAPITAL 29% e não houve DESPESA DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA.

As DESPESAS CORRENTES, reduziram em razão do aumento expressivo ocorrido em 2020, registrado na despesa com serviços de terceiros-pessoa jurídica em decorrência do TDCO celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE-MG).

No total das DESPESAS DE CAPITAL, há um contrato registrado em duplicidade, assim, o valor de R\$1.488.286 é insubsistente e foi solicitado ao setor responsável a baixa do registro.

### 2.3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

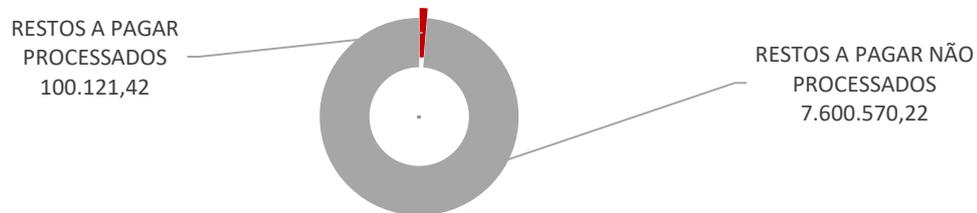
No confronto entre o total das receitas realizadas e das despesas executadas, apura-se um resultado superavitário em R\$4.927.091. Tal resultado é em torno de 69% menor se comparado a 2020, que se justifica pela queda na arrecadação de receitas que, pela finalidade da criação do Fundo, são formadas principalmente por multas de TAC em razão da Legislação pertinente, sendo que a redução mencionada não comprometeu a gestão orçamentária do Fundo.



FONTE: Armazém de Informações SIAFI

### 2.4. RESTOS A PAGAR

Foram inscritos em RESTOS A PAGAR um total de R\$7.700.691,64, divididos entre 1,30% Processados e 98,70% Não Processados da seguinte forma:



FONTE: Armazém de Informações SIAFI

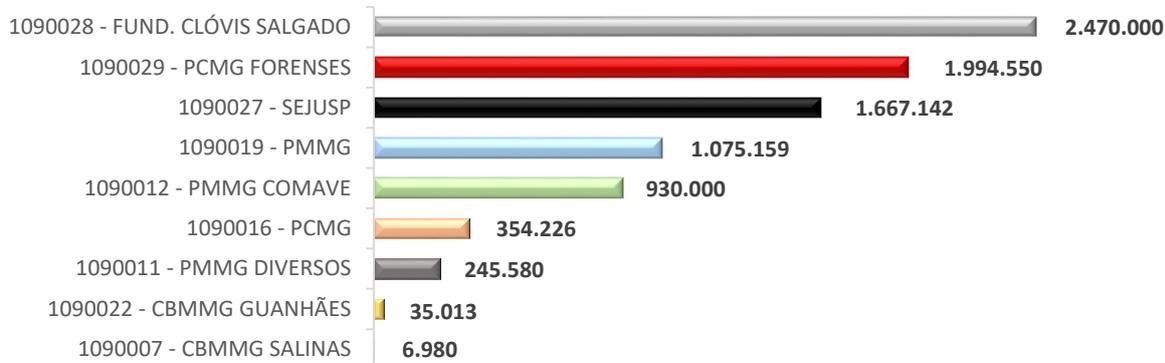
Os RESTOS A PAGAR são decorrentes de contratos firmados englobando Serviços, Fornecimento e Aluguéis. Os RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS referem-se a valores que ainda não alcançaram o estágio de liquidação até o fim do exercício.

As informações podem ser acompanhadas no sitio do MPMG, por meio do endereço:

<https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/conheca-o-mpmg/fundos-do-ministerio-publico/fundo-especial-do-mpmg/resumo-das-atas.shtml>

## 2.5. TERMOS de DESCENTRALIZAÇÃO de CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS – TDCO

Os recursos movimentados através de termos de descentralização totalizaram R\$8.778.649 apresentando a seguinte distribuição de recursos:

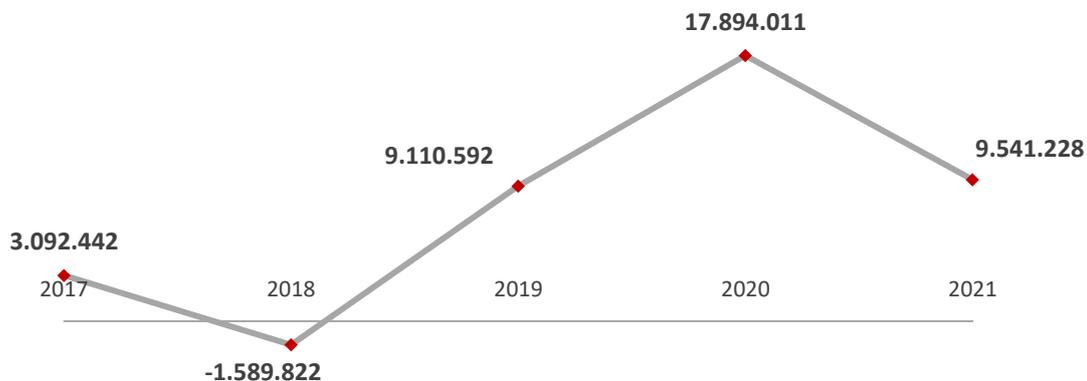


FONTE: Armazém de Informações SIAFI

Cinco projetos foram finalizados em 2021. As prestações de contas apresentadas se encontram em análise.

### 3. GESTÃO FINANCEIRA

A geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa que é apurada através dos resultados das ATIVIDADES OPERACIONAL e de INVESTIMENTO.



FONTE: Armazém de Informações SIAFI

A ATIVIDADE OPERACIONAL foi a principal atividade geradora de caixa, proporcionando situação financeira satisfatória. O Capital Circulante Líquido atingiu o montante de R\$9.541.227, uma redução de 46,68% em comparação a 2020, devido ao não recebimento de transferência do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (FEPDC), conforme ocorrido no exercício anterior.

Destaca-se que, mesmo nesse cenário, FUNEMP apresenta boa liquidez, indicando que tem capacidade financeira em arcar com os compromissos firmados no período.

Não houve ATIVIDADES de FINANCIAMENTO.

## 4. GESTÃO PATRIMONIAL

### 4.1. ANÁLISE DO RESULTALDO

O Balanço Patrimonial, segundo o MCASP, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Ao exame do Balanço Patrimonial, verifica-se uma LIQUIDEZ GERAL (total do ATIVO em relação à soma do PASSIVO CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE) de 28.416% demonstrando a capacidade de arcar com as obrigações com tranquilidade.



FONTE: Armazém de Informações SIAFI

Quanto à LIQUIDEZ CORRENTE (relação entre o ATIVO CIRCULANTE e o PASSIVO CIRCULANTE) o percentual foi de 19.170%. A LIQUIDEZ SECA (relação entre o ATIVO CIRCULANTE desconsiderado o valor dos ESTOQUES e o PASSIVO CIRCULANTE) e a LIQUIDEZ IMEDIATA (relação entre ATIVO e o PASSIVO CIRCULANTES) ficaram em torno de 19.159%.



FONTE: Armazém de Informações SIAFI

Por outro lado, o GRAU DE ENDIVIDAMENTO apresentado é de apenas 0,35% o que demonstra a baixa dependência dos recursos de terceiros (obrigações).

Esse cenário evidencia que durante o exercício de 2021, houve uma gestão patrimonial responsável assegurando a capacidade financeira em arcar com os compromissos e garantir a continuidade da prestação de serviços à sociedade.

## 5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Em consonância à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que estabelece normas de finanças públicas e ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Ministério Público de Minas Gerais, elabora e publica, periodicamente, o RGF, Relatório de Gestão Fiscal, com o propósito de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, com a permanente observância dos limites fixados pela lei.

O RGF do exercício de 2021, foi publicado no DOMP em 28/01/2022.

Tal demonstrativo foi consolidado para publicação, ou seja, com a soma de todos os valores das Unidades Orçamentárias. O Fundo apresentou o valor de R\$45.961.255 em disponibilidade de caixa após a inscrição de restos a pagar do exercício de 2021. Um aumento de aproximadamente 28% em relação a 2020, quando a disponibilidade foi de R\$35.785.592.

## 6. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade à legislação aplicável, destacando-se a Lei nº 4.320/1964 e às exigências contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCTSP).

A seguir, os principais critérios e políticas contábeis adotados:

- Créditos a receber (curto prazo): os direitos a receber com vencimento no curto prazo, são mensurados pelo valor de custo. O FUNEMP iniciou estudo para a implantação da cobrança de multas através de boleto bancário.
- Estoques: os materiais em almoxarifado são avaliados pelo valor de aquisição quando da entrada na entidade e o método utilizado para a mensuração das saídas é o custo médio ponderado. O controle de todo o Material de Consumo é realizado no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD.
- Imobilizado: os bens móveis e imóveis são reconhecidos pelo valor de aquisição, cujos valores constam nos devidos documentos comprobatórios de entrada, notas fiscais de aquisição, registrados no Sistema Integrado de Compras, Contratos, Almoxarifado e Patrimônio (SICCAP).
- Intangível: a base de mensuração dos bens intangíveis (softwares) encontra-se evidenciada pelo custo histórico, cujos valores constam nos devidos documentos comprobatórios de entrada, notas fiscais de aquisição, registrados no Sistema Integrado de Compras, Contratos, Almoxarifado e Patrimônio (SICCAP).

- Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis: a base de cálculo da depreciação é o valor de custo do ativo imobilizado. A depreciação dos bens móveis, implantada em 2013, é calculada pelo método linear, utilizando-se as taxas estabelecidas na IN SRF nº 162 de 31/12/1998, vigente à época. Amortização e Exaustão ainda não são contabilizadas pelo fundo.

- Passivos Circulantes: as obrigações são registradas pelos valores negociados com os fornecedores, cujos valores constam nos documentos comprobatórios de contratação.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este Relatório Contábil, em conjunto com as Demonstrações Contábeis, compõe a prestação de contas anual e representa o trabalho da equipe da Superintendência de Finanças, em especial a Diretoria de Contabilidade, que o exerce com dedicação e comprometimento, prezando produzir um trabalho de qualidade, fidedigno e transparente das contas do MPMG e dos Fundos por ela geridos.

Em cumprimento da Legislação vigente, principalmente às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e à Lei 4.320/64 e suas alterações, utilizando-se dos recursos disponíveis, a Diretoria de Contabilidade concilia e explica os fatos relevantes, apresentados em seus balancetes mensais e elabora sistemática e mensalmente, a Nota Explicativa do Balancete Mensal.

Insta salientar a avaliação da Auditoria Interna, que concluiu que as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2021 apresentam adequadamente a posição orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo, em todos os seus aspectos relevantes.

Assim, de maneira sucinta apresenta-se os aspectos relevantes dos atos praticados pelo Grupo Gestor do FUNEMP no exercício de 2021, demonstrando uma gestão orçamentária e financeira responsável no cumprimento do dever para o qual foi criado.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2022.

Letícia Mara de Souza Silva  
MAMP – 6138-00  
CRC/MG – 101.600

**Equipe Técnica da Diretoria de Contabilidade – DCON**

Antônio Gonçalves de Souza Filho

Cristóvão Sanches de Medeiros

Helen Rocha do Valle

Iris Duarte Rego

Kênia Cotta Ribeiro Reis

Mariana Silva Neves Pereira

Michela Cristina Policarpo

Paulo Eurípedes Miranda

Renata Silva Vieira Storck

Weliton Maia dos Santos



## RELATÓRIO DE GESTÃO - 2021

### Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - FUNEMP

O Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - FUNEMP foi criado pela Lei Complementar Estadual nº 67, de 22 de janeiro de 2003, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 143, de 20 de julho de 2017, e regulamentado pela Resolução PGJ nº 21, de 11 de outubro de 2017. É uma entidade contábil vinculada à unidade orçamentária da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) e tem por objetivo aperfeiçoar as funções institucionais do Ministério Público previstas no artigo 129 da Constituição da República, especialmente a permanente modernização e obtenção dos meios necessários para o combate ao crime organizado, a reconstituição dos bens lesados e a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

No Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) de 2020 a 2023, instituído pela Lei nº 23.578, de 15/01/2020, e revisado para o exercício de 2021 por meio da Lei nº 23.752, de 30/12/2020, consta como diretriz para a Unidade Orçamentária 4441 (FUNEMP) o Programa 737 – Modernização Institucional, que é unissetorial e tem como objetivo “*aperfeiçoar as atividades Ministeriais através do reaparelhamento e da modernização da Instituição*”. Esse programa tem somente a Ação 1009 – Reaparelhamento e Aperfeiçoamento Institucional, que tem como objetivo “*aperfeiçoar as atividades institucionais através de treinamento de seus membros e servidores e do reaparelhamento de Promotorias e Procuradorias*”.

Para cumprimento dos objetivos constantes no arcabouço jurídico supracitado, o FUNEMP aprovou e executou diversos projetos. Segue a descrição de algumas ações relevantes ocorridas no exercício 2021 com avaliação do impacto socioeconômico delas, abrangendo a execução física e financeira dessas ações.

#### Aprovação de projetos pelo FUNEMP

No primeiro semestre de 2021, o Fundo Especial do Ministério Público (FUNEMP) aprovou o custeio dos seguintes projetos:

- pagamento de honorários periciais da Central de Apoio Técnico (CEAT/MPMG) - 2021/2022 no valor de R\$ 1.000.000,00: projeto que beneficiará diretamente a Central de Apoio Técnico do *Parquet* mineiro e, conseqüentemente, a população em geral;
- estruturação do pelotão de Guanhões do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) no valor de R\$ 297.677,05: aquisição de materiais e equipamentos para o pelotão. Beneficiará toda a população da microrregião de Guanhões;
- pagamento de honorários periciais do Ministério Público do Trabalho (MPT) - 2021/2022 no valor de R\$ 600.000,00: projeto que beneficiará diretamente o Ministério Público do Trabalho e, conseqüentemente, todos os trabalhadores mineiros;
- aquisição de equipamentos e softwares para perícia de conteúdos de áudio e vídeo do Instituto de Criminalística da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) no valor de R\$ 1.020.861,00: os equipamentos irão contribuir de forma mais efetiva na materialização da prova pericial relacionada ao

conteúdo audiovisual, beneficiando toda a população mineira.

No segundo semestre de 2021, o FUNEMP aprovou o custeio dos seguintes projetos:

- implantação de Salas de Depoimento Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência, da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) no valor de R\$ 2.140.272,00: projeto que visa minimizar os danos causados às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, por meio da adoção de metodologia específica para a oitiva humanizada. Beneficiará as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência em 40 (quarenta) municípios: Santa Luzia – Muriaé – Uberaba – Formiga – Governador Valadares – Uberlândia – Patos De Minas – Montes Claros – Caratinga – Conselheiro Lafaiete – Diamantina – Teófilo Otoni – Unaí – Pouso Alegre – Passos – Sete Lagoas – Betim – Vespasiano – Leopoldina – Frutal – Pará de Minas – Guanhões – Ituiutaba – Patrocínio – Janaúba – João Monlevade – Barbacena – Curvelo – Pedra Azul – Paracatu – Itajubá – São Sebastião do Paraíso – Ibirité – Sabará – Viçosa – Bom Despacho – Araguari – Ponte Nova – São João del Rei - São Lourenço;
- acréscimo ao projeto de pagamento de honorários periciais da Central de Apoio Técnico (CEAT/MPMG) - 2021/2022 no valor de R\$ 4.341.000,00: projeto que beneficiará diretamente a Central de Apoio Técnico do *Parquet* mineiro e, conseqüentemente, a população em geral;
- estruturação do Centro Integrado de Comando e Controle – 9ª RISP da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) no valor de R\$ 1.895.394,60: projeto que trará maior integração para atuação em rede das rotinas desenvolvidas pela Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Ministério Público (GAECO), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Penal, SAMU, Prefeituras Municipais, Conselhos Tutelares e outros órgãos que vierem a aderir ao conceito de Centro Integrado de Comando e Controle. Beneficiará os cidadãos dos municípios do Triângulo Mineiro Norte integrantes da Nona Região Integrada de Segurança Pública: Uberlândia, Araguari, Ituiutaba, Araporã, Cascalho Rico, Tupaciguara, Estrela do Sul, Grupiara, Canápolis, Capinópolis, Cachoeira Dourada, Centralina, Santa Vitória, Ipiaçu, Gurinhatã, Monte Alegre de Minas, Prata e Indianópolis;
- estruturação do Núcleo de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Defesa Civil e Meio Ambiente do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) no valor de R\$ 336.480,00: essa estruturação propiciará o desenvolvimento de pesquisas científicas que contribuirão para o aumento da qualidade do serviço prestado pelo CBMMG na execução de suas missões constitucionais nas atividades de coordenação e execução de defesa civil, proteção das pessoas, patrimônio e meio ambiente. Serão beneficiados, diretamente, 3.500 discentes do CBMMG e, indiretamente, toda a população mineira;
- criação de website para o Pacto Mineiro pelo Enfrentamento à Mortalidade Materna e Infantil, pelo CAO-Saúde/MPMG, no valor de R\$ 68.300,00: esse projeto é uma estratégia de divulgação e mobilização para a redução das mortes maternas e infantis evitáveis em Minas Gerais. Beneficiará todas as grávidas e bebês do estado;
- estruturação de Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPC) para enfrentamento à violência contra a mulher, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP, no valor de R\$ 3.642.533,55: tem como objetivo implantar 3 UPCs em Minas Gerais em localidades com alto índice de violência contra a mulher. Beneficiará todas as mulheres e meninas moradoras das comarcas de Curvelo, Poços de Caldas e Barbacena;
- potencialização do Programa de Educação Ambiental (PROGEA) da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), no valor de R\$ 1.122.153,44: aquisição de equipamentos de informática para as unidades do Gaeco central e regionais, instrumentos para extração de dados de dispositivos móveis, microcomputadores, instrumentos para captação, gravação e transcrição automática de depoimentos e drones. Como o Gaeco tem composição mista, serão beneficiados, além do MPMG, as Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal, e toda a população mineira com esse investimento no combate ao crime organizado;
- potencialização das atividades dos órgãos de segurança pública, defesa civil e social, meio ambiente e

- saúde, com emprego de recursos aerotransportados pelo COMAVE/PMMG, no valor de R\$ 11.028.000,00: tem como objetivo estimular estudantes a serem competentes e hábeis para a adoção de comportamentos socioambientais que visem contribuir para a prevenção ambiental, a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida, conhecendo e reconhecendo o meio ambiente onde se encontram inseridos. Beneficiará os estudantes do 4º ano do ensino fundamental das escolas da rede pública mineira;
- aquisição de câmeras portáteis (*body cams*) e de instrumentos de menor potencial ofensivo pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) no valor de R\$ 4.220.804,00: a aquisição destes itens vai garantir maior transparência e legitimidade nas intervenções policiais, beneficiando tanto os militares quanto a população mineira em geral;
  - estruturação do Aterro Sanitário do Arranjo de Icarai de Minas pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas (Codanorte) no valor de R\$ 2.999.950,00: a implementação deste projeto permitirá a gestão de resíduos sólidos com o modelo que melhor se adequa às necessidades dos municípios, acarretando o encerramento dos lixões ainda existentes no Norte de Minas. Serão beneficiados os cidadãos dos municípios de: 1 - Icarai de Minas; 2 - Brasília de Minas; 3 - Campo Azul; 4 - Luislândia; 5 - São Francisco; 6 – Ubaí;
  - Modernismo em Minas Gerais, da Fundação Clóvis Salgado – FCS, no valor de R\$ 2.470.000,00: tem como objetivo apresentar a pujança do núcleo modernista constituído em Belo Horizonte e Minas Gerais a partir da década de 1920. Beneficiará toda a população mineira;
  - aquisição de ferramentas forenses para extração de dados em aparelhos de telefone celular no âmbito da Superintendência de Polícia Técnico-Científica, da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG, no valor de R\$ 2.436.813,96: tem como objetivo aplicar os recursos mais atualizados disponíveis no momento dos exames para a materialização de vestígios digitais que contribuam para formação de um conjunto probatório robusto na apuração de delitos no âmbito da Polícia Civil de Minas Gerais, resultando em investigações completas que auxiliarão o Ministério Público em todo o Estado. Beneficiará todos os cidadãos mineiros;
  - Recicla aos Montes, do Município de Montes Claros, no valor de R\$ 1.670.000,00: tem como objetivo aumentar a quantidade de materiais recicláveis coletada na cidade, garantir melhores condições de trabalho aos catadores e obter uma maior geração de renda aos catadores de materiais recicláveis integrados ao projeto. Beneficiará toda a população montesclarensense, em especial os catadores de recicláveis.

## Execução de Projetos pelo FUNEMP

O FUNEMP deu continuidade ao custeio dos projetos aprovados até 2020 e ainda não finalizados:

- “viatura adequada, investigação qualificada” da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) no valor de R\$ 321.080,00: projeto que se destina à aquisição de 2 (duas) viaturas, caminhonetes 4x4, para o Departamento Estadual de Investigação de Crimes contra o Meio Ambiente. Será beneficiada toda a população mineira devido ao incremento nas diligências investigativas relacionadas aos crimes ambientais;
- fortalecimento da identidade visual da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) no valor de R\$ 80.096,26: o projeto pleiteia a produção de *banners* e *displays* em acrílico em atendimento à norma nacional de padronização da Polícia Civil editada em 2018. Serão beneficiadas todas as unidades da PCMG;
- estruturação do Gaeco-BH (MPMG) no valor de R\$ 561.000,00: o projeto objetiva a aquisição de equipamentos de captação de áudio e imagem com rastreador embutido. Como o Gaeco tem composição mista, serão beneficiados, além do MPMG, as Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal, e toda a população mineira com esse investimento no combate ao crime organizado;
- reestruturação dos Núcleos de Combate aos Crimes contra a Ordem Econômica e Tributária de Belo

- Horizonte e Contagem no valor de R\$ 176.499,81: o projeto pleiteia a aquisição de equipamentos que permitam melhor qualidade técnica na preparação prévia das operações de busca e apreensão, permitindo ainda a gravação de oitivas por meio audiovisual com transcrição imediata. Será beneficiada toda a população mineira com esse investimento no combate à sonegação fiscal com foco na restituição dos valores sonegados em crimes tributários;
- aperfeiçoamento estrutural das atividades do MP Itinerante no valor de R\$ 63.110,00: projeto para aquisição de insumos como plotagem de vans, *banners*, adesivos, camisetas, notebook, televisão, caixa de som e tenda inflável, que permitirão ao MP Itinerante o atendimento aos cidadãos. Serão beneficiados os habitantes de diversos municípios de baixo IDH, onde o cidadão não tem acesso aos instrumentos mínimos de justiça;
  - operação “Mata Atlântica Viva 2020/2021” – Caoma/MPMG no valor de R\$ 488.977,00: trata-se de operações de combate ao desmatamento da Mata Atlântica, sendo o bojo do projeto o custeio de diárias dos servidores que integram a força-tarefa e participarão das operações concentradas no Norte de Minas e Jequitinhonha. Esta operação vem contribuindo de forma importante na preservação do nosso meio ambiente, beneficiando toda a população que vive no bioma;
  - estruturação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) no valor de R\$ 6.716.000,00: aquisição de equipamentos de informática para as unidades do Gaeco central e regionais, instrumentos para extração de dados de dispositivos móveis, microcomputadores, instrumentos para captação, gravação e transcrição automática de depoimentos e Drones. Como o Gaeco tem composição mista, serão beneficiados, além do MPMG, as Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal, e toda a população mineira com esse investimento no combate ao crime organizado;
  - transporte sanitário de emergência para a Prefeitura Municipal de Guanhães no valor de R\$ 350.000,00: ambulância / UTI móvel que beneficiará toda a população da microrregião de Guanhães;
  - sistema de gestão de bens culturais do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação (Caoma-MPMG) no valor de R\$ 60.964,83: desenvolvimento e aquisição do Sistema e Aplicativo Gestão de Bens Culturais que possibilitará a interface com o público, facilitando a pesquisa e o acesso por outras instituições. O projeto beneficiará toda a população mineira, considerando que visa proteger o vasto patrimônio histórico e cultural do Estado de Minas Gerais;
  - ASAS - Áreas de Soltura de Animais Silvestres do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no valor de R\$ 277.951,57: o projeto pretende implantar 24 novas áreas de soltura de animais silvestres apreendidos, para reinserção dele, de forma gradual através do cadastramento de propriedades particulares ou públicas para recebê-los. Beneficiará todos os animais silvestres apreendidos em MG, que terão destinação mais apropriada;
  - PROVIDA - Programa Regional de Defesa da Vida Animal da Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande (AMEG) no valor de R\$ 577.972,00: aquisição de insumos cirúrgicos, tais como microchips, anestésicos e medicamentos para castração gratuita de animais. Beneficiará todos os cães e gatos nos 22 municípios que compõem a microrregião do Médio Rio Grande;
  - aquisição de microcomputadores para a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) no valor de R\$ 1.797.028,00: aquisição de equipamentos de informática para renovação do laboratório de auditoria digital da SEF-MG. O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) apresentou os resultados do biênio 2019/2020, apontando a recuperação de mais de 200 milhões para o Estado. Esse projeto, portanto, trará mais recursos para a atuação do Executivo mineiro;
  - complemento ao projeto de estruturação do Corpo de Bombeiros Militar (CBMMG) em Salinas no valor de R\$ 44.620,08: acréscimo de valor de TDCO vigente para aquisição de materiais e equipamentos. Beneficiará toda a população da microrregião de Salinas;
  - potencialização das ações operacionais de inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) no valor de R\$ 2.428.160,00: aquisição de equipamentos de informática para reestruturação das agências de inteligência da PMMG. Beneficiará toda a população mineira devido aos reflexos nesse

- investimento em segurança pública;
- cursos de qualificação para os municípios de Extrema, Camanducaia (distrito de Monte Verde), Caldas e Muriaé nos valores de R\$ 507.654,40, R\$ 999.290,00, R\$ 282.781,28 e R\$ 142.800,00, respectivamente: projetos desenvolvidos pelas Prefeituras, com a participação do SESC e do SENAC, visando qualificar a população e gerar emprego e renda. Esses projetos beneficiarão todas as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social nesses municípios ao promover oportunidades concretas de inserção destes trabalhadores no mercado;
  - reforma de aeronaves do Comando de Aviação do Estado (Comave/PMMG) no valor de R\$ 1.869.457,82: o objetivo do projeto é modernizar 2 (duas) aeronaves para potencializar as atividades da unidade. Será beneficiada toda a população mineira, considerando o relevante apoio realizado pelo Comave a diversos órgãos e instituições, a exemplo do apoio dado nos desdobramentos do desastre de Brumadinho;
  - aquisição de viaturas de grande porte para transporte de militares e cães da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em Araxá, no valor de R\$ 213.265,00; aquisição de viaturas e rádio transmissor para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em Patos de Minas, no valor de R\$ 205.250,00; aquisição de veículo para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em Varginha, no valor de R\$ 338.500,00; aquisição de veículo e drone para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em Caratinga, no valor de R\$ 221.549,34; aquisição de motocicletas para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em BH (Rotam), no valor de R\$ 1.206.375,45; e aquisição de GPS e coleiras caninas para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em BH (Cia Cães), no valor de R\$ 140.000,00: essas ações beneficiam toda a sociedade mineira ao colaborar de forma significativa com a Segurança Pública do Estado de MG;
  - aquisição de mobiliário, máquinas e equipamentos diversos para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Semad) no valor de R\$ 88.830,00: o projeto visa equipar a Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro (Supram LM) para as atividades finalísticas e dar suporte às atividades meio. Beneficiará a população de 146 (cento e quarenta e seis) municípios e 3 (três) bacias hidrográficas localizadas no bioma da Mata Atlântica;
  - aquisição de trailer, instrumentos cirúrgicos, tendas e colchonetes (castra-móvel) para o município de São José da Lapa no valor de R\$ 57.475,53: esta unidade de esterilização, também chamada de “castra-móvel”, é mais vantajosa que o centro cirúrgico fixo devido ao custo, que é relativamente baixo, e à mobilidade, pois o veículo pode ir inclusive à zona rural, onde há grande quantidade de animais, além de ser bastante sustentável. O projeto vai trazer bem-estar aos animais e aos humanos da microrregião de São José da Lapa ao possibilitar maior controle das zoonoses;
  - aquisição de imóvel em Patos de Minas para o Ministério Público do Trabalho (MPT), no valor de R\$ 2.650.000,00: projeto que beneficiará diretamente o Ministério Público do Trabalho da 3ª região e, conseqüentemente, todos os trabalhadores mineiros;
  - aquisição de equipamentos para a Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente das Bacias Hidrográficas dos Rios das Velhas e Paraopeba (CRVP/Caoma/MPMG), no valor de R\$ 19.000,00: os equipamentos servirão para as perícias e vistorias efetuadas pela CRVP. Beneficiará a atuação do MPMG na seara ambiental e a população destas bacias hidrográficas.

Por derradeiro, seguem outras informações consideradas relevantes que demonstram a conformidade e o bom desempenho da gestão no exercício:

### **Implantação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil**

Em 2021, foram finalizados os trabalhos da comissão instituída pela Portaria PGJ 1136/2020, que visava a implantação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), estabelecido pela Lei Federal nº 13.019/2014, nas parcerias a serem firmadas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais

com organizações da sociedade civil. A minuta de normativo regulamentando internamente a Lei Federal foi encaminhada para a Administração Superior para deliberação.

### **Arrecadação por boleto bancário**

Ainda no exercício de 2021, o FUNEMP deu continuidade ao processo de modernização de gestão com a aprovação de projeto da Secretaria do fundo para celebração de termo aditivo ao contrato já celebrado pelo FEPDC com o Banco do Brasil para emissão de boletos de pagamento dos recursos destinados ao fundo. Essa contratação trará considerável redução de custos, melhor controle e consequente agilidade nas cobranças, facilitando, assim, a emissão de relatórios gerenciais específicos e consolidando sua eficiência e transparência.

### **Contabilização dos precatórios**

O FUNEMP está tomando todas as providências necessárias para registro e contabilização dos créditos a receber a título de precatórios. Foram realizadas diversas reuniões para estreitar o contato com a CEPREC/TJMG para levantamento dos processos com valores a serem destinados ao fundo.

O FUNEMP buscou no exercício de 2021 atingir o objetivo para o qual foi legalmente criado, investindo na modernização do MPMG, no combate ao crime organizado, na reconstituição dos bens lesados e na proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Registre-se que **todas** as aplicações dos recursos financeiros foram previamente aprovadas em plenário pelo Grupo Coordenador (órgão colegiado responsável pela direção do FUNEMP).

JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI

Presidente do FUNEMP

RAFAELA KELLY DE CARVALHO BIFANO MUNIZ

Secretária-Executiva do FUNEMP



Documento assinado eletronicamente por **JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI, PRESIDENTE DO FUNEMP**, em 25/04/2022, às 15:35, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.

---



Documento assinado eletronicamente por **RAFAELA KELLY DE CARVALHO BIFANO MUNIZ, COORDENADOR II**, em 25/04/2022, às 18:21, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **2807477** e o código CRC **15B6B793**.

---

Processo SEI: 19.16.0019.0040230/2022-87 / Documento SEI: 2807477

Gerado por: PGJMG/GCFUNEMP/FUNEMP-SECEXE

RUA DIAS ADORNO, 367 4º ANDAR - Bairro SANTO AGOSTINHO - Belo Horizonte/ MG  
CEP 30190100 - [www.mpmg.mp.br](http://www.mpmg.mp.br)